



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS: UMA REFLEXÃO DE PROCESSOS
PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Camila Correia Gabeloni

**Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil
2009**

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REFLEXÃO PARA PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

por

Camila Correia Gabeloni

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a Dr^a Soraia Freitas

Cruzeiro do Oeste, PR, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS: UMA REFLEXÃO PARA PROCESSOS
DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**

elaborada por
Camila Correia Gabeloni

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Soraia Freitas, Dr^a.
(Presidente/Orientador)

Sueli Menezes Pereira , Dr^a. (UFSM)

Oséias Santos de Oliveira , Ms. (UFSM)

Suplente: Alexandra Silva dos Santos Furquim,Ms.

Cruzeiro do Oeste, 18 de dezembro de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REFLEXÃO PARA PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

AUTORA: CAMILA CORREIA GABELONI
ORIENTADORA: SORAIA FREITAS

Data e Local da Defesa: Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de dezembro de 2009.

Diante da dificuldade que vários profissionais da área da educação encontram na inclusão de alunos com necessidades especiais na rede escolar, é que o desenvolvimento deste trabalho torna-se importante, quando este passa a incentivar a formação continuada e especializada de professores. Este trabalho tem por objetivo, reunir informações partindo do histórico da educação especial até à legislação vigente e políticas públicas que visam contribuir para preparação dos profissionais que trabalham com alunos especiais, buscando a inclusão social dos mesmos. Através das bibliografias reunidas foi possível constatar que vários profissionais sentem dificuldades para trabalharem nessa área e realmente há necessidade de implantar uma gestão educacional que venha apoiar a educação continuada e elaborar cursos voltados para especialização e capacitação dos profissionais envolvidos. Estes resultados devem motivar e subsidiar ações em outras instituições de ensino superior com vistas à preparação dos professores para promover a inclusão dos alunos com NEE no âmbito universitário que, conseqüentemente, contribuirão para melhorar a formação dos futuros profissionais em relação a esta questão.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão educacional. Alunos com necessidades especiais.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REFLEXÃO PARA PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES (STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS INCLUSION: A REFLECTION FOR THE PROCESSES OF TEACHER'S GRADUATION)

AUTHOR: CAMILA CORREIA GABELONI
ADVISER: SORAIA FREITAS

Data e Local da Defesa: Cruzeiro do Oeste/PR, 18 de dezembro de 2009.

With many difficulties that many professionals of education area find on inclusion of students who have special needs, the development of that work becomes important when the same gives motivation to graduate and to specialize teachers. That work aims to collect many information departures from special education historic to effective legislation, public politics aiming to help professional who works with special students searching for social inclusion of them. Through collected bibliography it was possible to conclude that many professionals have been had difficulties to work in this area and it is really necessary to have a Educational Management system to help them to continue studying and to develop specific courses to become them more specialized. Those results must motivate and supply actions in other universities to prepare better teachers to promote students inclusion with SEN (Special Educational Needs) at universities that will help and become better the graduation of future professional related to that subject.

Key-words: Special education. Education inclusion. Students with special needs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
METODOLOGIA	08
O Processo Histórico	09
As políticas públicas e a necessidade de transmitir dados teóricos para capacitação de profissionais	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória do magistério no 2º grau, tive oportunidade de lecionar para uma turma da educação infantil, pré II, durante um ano, em uma Escola Municipal. Entre os alunos da classe havia um menino com deficiência visual parcial e, durante o trabalho, percebi nele a vontade de aprender, e a necessidade de haver profissional capacitado para ensinar os alunos especiais, mas eu era bem inexperiente a respeito deste tema Educação Especial e Inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular. Apresentei muitas dificuldades em lidar com este aluno especial. Hoje sou graduada em Ciências Biológicas, curso em que as disciplinas relacionadas a este tema possuem carga horária mínima, por isso me interessei em estudar e desenvolver esta pesquisa. Baseado nas minhas dificuldades e nas dos demais professores é que se torna importante o desenvolvimento deste trabalho, a fim de colaborar para formação, crescimento profissional e melhoria da educação e da vida dos alunos com necessidades especiais.

Para o referencial teórico utilizei diversos autores que contribuíram para formação continuada dos professores, como por exemplo: Walkiria Gonçalves Reganhan, Elizabeth Dias de Sá, Rosana Glat, Célia Regina Vitalino, Júlio Romero Ferreira, entre outros.

Com base nas diretrizes e recomendações de organizações nacionais, no que diz respeito à Inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito educacional, este trabalho abrange várias implicações do contexto brasileiro tais como, o histórico e a evolução das legislações que abrange a educação especial, as políticas públicas da Educação Especial e Inclusão, o apoio cooperativo e melhoria das habilidades profissionais, benefícios para sociedade e para todos os alunos, o valor social da igualdade, o desenvolvimento de assistência técnica organizada e contínua, a manutenção da flexibilidade dos professores, preparação para vida na comunidade e formas para evitar os efeitos da exclusão.

Diante da dificuldade que vários profissionais da área da educação encontram na inclusão de alunos com necessidades especiais na rede escolar, é que o desenvolvimento deste trabalho torna-se importante, quando este passa a incentivar a formação continuada e especializada de professores.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve por objetivo, reunir informações partindo do histórico da educação especial até à legislação vigente, a fim de contribuir para preparação dos profissionais que trabalham com alunos com necessidades especiais, buscando a inclusão social dos mesmos.

Descrever a evolução da legislação que abrange a Educação Especial e Inclusão social do país partindo do seu histórico.

Verificar através de revisão bibliográfica as dificuldades que os profissionais de educação encontram ao se depararem com alunos especiais em sala de aula.

Acrescentar conhecimento sobre o tema e incentivar a formação continuada de professores que trabalham com alunos especiais, através de cursos preparatórios e melhoria nos cursos de Licenciatura.

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, entre 7 a 10 de junho de 1994, reafirmou o compromisso com a "Educação para Todos", reconheceu e analisou as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, a fim de atender a todas as crianças, sobretudo as com necessidades educacionais especiais. O Capítulo V, referente à Educação Especial, no artigo 58, explicitou a referida Lei, determinando: "§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos alunos da educação especial" (Reganhan, 2008).

A escola inclusiva deve promover uma educação de alta qualidade a todos educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Deve ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem. Deve contrapor-se à sociedade que inabilita e enfatiza os impedimentos, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas. O encaminhamento de alunos para escolas especiais ou a manutenção de classes especiais deveriam constituir exceção a ser recomendada quando a educação na classe regular mostrar-se incapaz de responder às necessidades educacionais ou sociais do educando, e desde que tal incapacidade seja demonstrada de forma inequívoca (Sá, 2009).

O Processo Histórico

As pessoas com necessidades especiais vêm ao longo da história da humanidade tendo dificuldades para serem incluídas na sociedade de modo digno, devido às exclusões e preconceitos ainda existentes.

Analisando a história das pessoas com necessidades especiais alguns registros podem comprovar a desvalorização desses. Moisés (1977) revela que, entre os romanos matavam os deficientes ou afogavam com a convicção de separar os sãos, dos mal formados para não corromper os outros. Na Grécia Antiga onde era cultuada a perfeição da beleza humana, as pessoas deficientes eram sacrificadas ou escondidas. Já na Idade Média diziam que os deficientes eram possuídos por demônios, loucos sendo excluídos da sociedade, sacrificados e ao mesmo tempo, alguns os supervalorizavam. Santo Agostinho (354-430) dizia que “os deficientes nasciam como forma de punição pelos pecados cometidos pelos antepassados”.

Somente na Inglaterra os deficientes eram protegidos por lei, tendo direito a um tutor e a um curador, que cuidavam dos deficientes e de seus bens. Isso foi adotado também pela França por orientação do rei Felipe, o Belo .

De acordo com a Portaria Ministerial nº 555 (2007), no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com super dotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com super dotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes

discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

Percebe-se que a concepção de deficiência chega ao século XX, marcada por preconceito, desvalorização e por incapacidade, pode-se dizer que houve sim evolução, mas permanece agora uma fase de assistencialismo onde o deficiente é visto como aquele que precisa de ajuda e houve os que dedicavam e dedicam, como voluntários da causa, criando Instituições e lutando pela manutenção, e sendo exaltados pelo espírito humanitário, pois existem muitas instituições que não estão preocupadas com o crescimento do aluno especial e sim com a forma que a sociedade vai reconhecer a própria instituição.

Torna-se importante ressaltar alguns conceitos sobre as deficiências, como a cegueira sendo uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências.

Muitas vezes, a perda da visão ocasiona a extirpação do globo ocular e a consequente necessidade de uso de próteses oculares em um dos olhos ou em ambos. Se a falta da visão afetar apenas um dos olhos (visão monocular), o outro assumirá as funções visuais sem causar transtornos significativos no que diz respeito ao uso satisfatório e eficiente da visão.

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral. Em muitos casos, observa-se o nistagmo, movimento rápido e involuntário dos olhos, que causa uma redução da acuidade visual e fadiga durante a leitura (Sá et al., 2007).

A Convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1ª define deficiência como [...] “uma restrição

física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação.

A dificuldade de diagnosticar a deficiência mental tem levado a uma série de revisões do seu conceito. A medida do coeficiente de inteligência (QI), por exemplo, foi utilizada durante muitos anos como parâmetro de definição dos casos. O próprio CID 10 (Código Internacional de Doenças, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde), ao especificar o Retardo Mental (F70-79), propõe uma definição ainda baseada no coeficiente de inteligência, classificando-o entre leve, moderado e profundo, conforme o comprometimento (GOMES et al., 2007).

A diminuição da audição (surdez) produz uma redução na percepção de sons e dificulta a compreensão das palavras. A dificuldade aumenta com o grau de surdez, que pode ser leve, moderada, severa e profunda.

Existem graus de surdez, como os casos de perda auditiva de grau leve as pessoas podem não se dar conta que ouvem menos; somente um teste de audição (audiometria) vai revelar a deficiência. Quando a perda auditiva passa a ser moderada para severa, os sons podem ficar distorcidos e na conversação as palavras se tornam abafadas e mais difíceis para entender, particularmente quando têm várias pessoas conversando em locais com ruído ambiental ou salas onde existe eco. Os sons da campainha e do telefone tornam-se difíceis para serem ouvidos; o deficiente auditivo pede a todo o momento que falem mais alto ou que repitam as palavras.

Recém-nascidos com surdez severa e profunda não se assustam com sons altos. Crianças com problemas de audição, sem a devida assistência, têm dificuldades no desenvolvimento da linguagem. Se chegarem à idade escolar sem que a surdez tenha sido diagnosticada, o aprendizado será difícil, simplesmente porque essas crianças ouvem mal o que está sendo ensinado. Em alguns casos de surdez existem sintomas adicionais, como por exemplo, zumbido e vertigem na doença de Menière. Na infecção do ouvido médio a surdez vem acompanhada de dor e febre (Sá et al., 2007).

Políticas públicas e a necessidade de transmitir dados teóricos para capacitação de profissionais

A Portaria Ministerial nº 555 (2007), afirma que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, a participação da família e da comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Atualmente fala-se de Educação Inclusiva, sendo a forma mais recomendável de atendimento educacional para alunos com necessidades especiais. A inclusão desses indivíduos no sistema regular de ensino é uma diretriz da Constituição Federal de 1988 (art.208 III), fazendo parte da política governamental, onde todas as crianças, jovens e adultos com deficiências devem estar inseridas nas escolas regulares, quando passarem por avaliações de suas condições pessoais e forem assim recomendadas. Tal política abrange no *âmbito social*: o direito de estarem inseridos na sociedade como cidadãos o mais plenamente possível; *âmbito educacional*: tanto no aspecto administrativo (adequação do espaço escolar, seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos.

Apesar das leis, o estudo realizado por Reganhan (2001), mostra que a realidade não é bem essa no estudo: Inserção de alunos com deficiência no ensino regular: perfil da cidade de Marília, no qual objetivo foi identificar o perfil de professores de ensino regular que tinham alunos com deficiências matriculados em suas salas de aula, bem como o perfil da clientela atendida por estes professores. Participaram do estudo 68 professores da cidade de Marília - SP que tinham alunos com deficiência matriculados em suas salas. O instrumento de coleta de dados

utilizado foi um questionário contendo 13 questões divididas em 2 partes: 1) identificação dos participantes e 2) identificação dos alunos com deficiência. Os dados colhidos nos questionários foram submetidos à análise da frequência absoluta e relativa. Foram identificadas 10 categorias. De acordo com os resultados dessa pesquisa, a autora concluiu que o processo de ensino e aprendizagem foi dificultado devido: 1) à falta de formação dos professores; 2) à falta de recursos adequados e 3) à falta de profissionais especializados, dentro da escola. Assim, acredita-se na importância do apoio especializado e na necessidade de se oferecer oportunidade para que a informação e formação aconteçam em cursos, congressos e nas reuniões pedagógicas, pois a formação sem troca de conhecimento não garante qualidade na inclusão do aluno deficiente.

Segundo Sá (2009), as escolas especiais, em nosso País, têm se tornado um dos mecanismos preferenciais dessa sociedade seletiva. Acolhendo um universo restrito de educandos, tais instituições legitimam ambientes segregadores de aprendizagem. O acompanhamento sistemático no interior da escola tem sido reafirmado como estratégia recomendável no processo de integração escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, necessidades próprias do alunado com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerendo recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos.

Um fator importante, para modificação da realidade e para que a inclusão não traga uma exclusão, é a aquisição de instrumentos tão especiais quanto às necessidades dos alunos. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 20) salientam que:

[...] cada aluno vai requerer diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva [...] Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global.

Uma prática pedagógica adequada poderia propiciar uma maior interação, a confiança e o respeito pelas diferenças. Esses fatores seriam fundamentais para uma troca sadia e construtora entre professor e aluno, de sorte a proporcionar um ensino mais flexível e um aluno motivado a aprender, com as diferentes oportunidades oferecidas (REGANHAN, 2008).

Glat, et al. (2003), citou o trabalho de Castro (2002) que realizou uma pesquisa na rede municipal de educação de Santa Maria/RS, onde analisou representações e sentimentos de professores da rede regular de ensino diante da inclusão de alunos com necessidades especiais em “suas” salas de aula. Assim como a pesquisa acima assinalou, Castro evidenciou que os professores não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão. (Glat, et al. 2003), numa pesquisa realizada em âmbito nacional sobre o panorama da educação inclusiva, reafirmou os dados da pesquisa de Castro. A realidade evidenciada mostrou que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais. Nesse sentido, podemos afirmar que, no Brasil, a formação de professores segue ainda um modelo inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva.

Além disso, dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais; por exemplo. Essa situação de carência no oferecimento de disciplinas e conteúdos vem ocorrendo apesar da exigência de um dispositivo legal pelo § 2º do artigo 24 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Há, ainda, a Portaria No 1793/94, que recomenda a inclusão da disciplina *Aspectos éticopolítico - educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Com Necessidades Especiais* prioritariamente em todos os cursos de licenciatura.

No estudo realizado por Vitallino (2007), Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Foi verificado se os professores dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina (UEL) têm conhecimento suficiente para incluir alunos com NEE em suas atividades acadêmicas; identificou também se estes professores percebem a necessidade de participar de um programa de preparação pedagógica para incluir alunos com NEE e de que maneira deveria dar-se esta preparação. Os resultados evidenciaram que 84% dos participantes consideraram que não tinham conhecimento suficiente para incluir alunos com NEE. 63% dos participantes se interessaram em participar de um programa de formação para inclusão de alunos com NEE e indicaram os temas a serem abordados, bem como a metodologia de ensino a ser utilizada.

A formação em serviço procura transcender as condições objetivas, promovendo a instrumentalização da prática pedagógica, por meio de experiências concretas, situações vivenciadas e desvelamento dos princípios e diferentes modos de aprendizagem. Contrapondo-se aos cursos emergenciais, prioriza processos coletivos, enfatizando a complexidade da sala de aula e do ambiente escolar. Escolas inclusivas requerem novas estruturas e novas competências. A formação de educadores deve romper com a polaridade entre educação comum e especial, tendo como referência a diversidade e o aprendizado da inclusão, desenvolvendo programas de formação para inclusão nos cursos de licenciatura (SÁ, 2009).

Algumas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte integram portadores de deficiência física, auditiva, visual, paralisia cerebral e condutas típicas em diferentes ciclos, incluindo turmas de suplência e supletivo. Essas experiências mostram o empenho e a colaboração dos educadores e familiares na provisão mínima dos recursos indispensáveis na superação de obstáculos. O uso de computadores em tarefas escolares, o apoio de estagiárias, o trabalho de professoras auxiliares com intérpretes de língua de sinais na sala de aula, o estudo de caso e outras iniciativas interferem positivamente na rotina da escola, dando uma nova dimensão ao processo de ensino-aprendizagem. Essas experiências expressam talentos e performances inovadoras na prática pedagógica (XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2008).

De acordo com a proposta de Bueno (2009) acima referida, combinar-se-iam o trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado, pois o *generalista* teria o mínimo de conhecimento e prática com alunos especiais, enquanto o *especialista* teria conhecimento aprofundado e prática sistemática no que concerne a necessidades educacionais específicas. A formação pedagógica do especialista deveria ser de caráter geral, com aprofundamentos específicos que permitiriam um atendimento especializado.

Segundo Ferreira (1998), a ação pedagógica fundamenta-se na Política Nacional de Educação Especial contendo os seguintes princípios: "A educação deve ser liberal e democrática, onde o educando é acima de tudo digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade, propiciando à esse educando um desenvolvimento integral, preparando-o para vida normal na sociedade. É partindo da Educação Especial que obedece aos mesmos princípios da educação geral, devendo iniciar no momento em que se identificam atrasos ou alterações no

desenvolvimento global da criança, procurando sempre desenvolver suas potencialidades. A Educação Especial norteia sua ação pedagógica pelos seguintes princípios:

- Princípio de normalização: oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades que as pessoas normais.
- Princípio da integração: igualdade participação ativa, direitos e deveres socialmente estabelecidos.
- Princípio da interdependência: visa desenvolvimento das potencialidades, visa a educação saúde, ação social e trabalho.
- Princípio da afetividade dos modelos de atendimento educacional: envolve uma educação de qualidade incluindo Infra-estrutura, Hierarquizado poder, consenso político em torno das funções sociais e educativas.
- Princípio do ajuste econômico com a dimensão humana: Falta de atendimento educacional adequado representa em longo prazo um alto custo à nação.
- Princípio da legitimidade: A participação de pessoas portadoras de necessidades especiais e de seus representantes legais na formação de políticas planos e programas (FERREIRA, 1998).

Segundo a Portaria Ministerial nº 555 (2007), o atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de

textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

O profissional que trabalha com Educação Especial deve ser, em primeiro lugar, um profissional qualificado dono de um saber reconhecido socialmente, e competente. Além disso, um profissional voltado para as práticas sociais vigentes, dotado de uma consciência lúcida de sua realidade histórica e dos problemas dela. Somente dessa maneira poderá contribuir para a diminuição da segregação e da exclusão dos diferentes pela sociedade capitalista moderna, dando ênfase a uma formação continuada no dia-a dia dentro das escolas não apenas para obter novas informações, nem se atualizar, é necessário que se tenha como rotina nas escolas com discussões sobre o fazer pedagógico envolvendo a comunidade escolar, sendo submetidos a avaliações críticas, construtivas e compartilhada dentro de sala de aula, sendo uma atividade sistemática no projeto político pedagógico, atribuindo da teoria à prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores na escola, não permitem que ninguém se isole e se concentre em apenas um grupo alvo de aluno. Os defensores da melhoria das escolas devem se unir ao princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos. Criar ambiente escolar inclusivo, onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados, para isso envolve cuidar muito bem do tipo de conteúdo ensinado e a forma que é trabalhado.

A troca de conhecimentos que será adquirido através da inclusão social é vantajosa para todos, tanto para aqueles que ensinam como também para aqueles que aprendem. Entretanto a simples inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula do ensino regular não resulta em benefícios de aprendizagem. Tem sido constantemente observado que os alunos com níveis diferentes de deficiência aprendem mais em ambientes integrados, onde lhes são proporcionados experiências e apoios educacionais adequados do que quando estão em ambientes segregados. Quando existem programas adequados a inclusão funciona para todos os alunos com ou sem deficiência. Fica claro que a inserção de alunos com necessidades educativas especiais sem qualquer tipo de apoio ou assistência do sistema regular de ensino pode redundar em fracasso, na medida em que esses apresentem problemas graves de qualidade, expressos pelos altos níveis de repetência, de evasão e pelos baixos níveis de aprendizagem.

Portanto compete a cada um de nós à responsabilidade social de mudarmos este quadro em nosso país, buscando soluções para situações diversas. A inclusão social é certamente o caminho para mudarmos primeiramente a imagem do município e futuramente do nosso país, que é palco das maiores injustiças sociais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da idéia de que as diferenças são aceitas e respeitadas.

Sobretudo, constatamos que, embora seja pequena a parcela de professores interessados nesta questão, eles já estão presentes nos cursos de licenciatura. Esta mobilização e/ou sensibilização é de fundamental importância para que a educação inclusiva possa consolidar-se aos poucos no meio universitário e se expandir para outros níveis de ensino e para a sociedade de maneira geral, porquanto cabe à

universidade o papel social de formar os futuros profissionais para auxiliar na construção de uma sociedade menos excludente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

FERREIRA, J. R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. **Caderno CEDES**. Campinas, v.19, n. 46, 1998. Disponível em: http://virtual.udesc.br/Midiateca/Publicacoes_Educacao_de_Surdos/artigo07.doc.

Acesso em: 03 mar. 2009.

GLAT, R. et al. Formação de professores na educação inclusive: diretrizes políticas e resultados de pesquisas. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino da UFPe, 13., [200-], Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, [200-]. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/livros_artigos/pdf/endipe3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2009.

GOMES, A. L., et al. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Mental**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 16 abr. 2009.

PORTARIA MINISTERIAL Nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2009.

REGANHAN, W. G.; BRACCIALLI, L. M. P. Inserção de alunos com deficiência no ensino regular: perfil da cidade de Marília. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 14, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2009.

SÁ, E.D. **Educação Especial: Construindo espaços de formação**. Núcleo de Educação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (CAPE). Belo Horizonte, MG. Disponível em: < <http://www.defnet.org.br/elizabet.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2009.

SÁ, E.D., et al. **Atendimento Educacional Especializado Deficiência visual**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em:<www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 16 abr. 2009.

VITALINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 13, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382007000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2009.

XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. Realizado nos dias 23 a 26 abr. 2008. Universidade Federal de Pernambuco/Recife-PE. ISBN 85-373-0068-3.